

Nuno Villa-Lobos

“É preciso acabar com o faroeste na arbitragem *ad hoc*”

JUSTIÇA Presidente do CAAD descola a instituição que lidera do regime regular, garante que fusão de tribunais administrativos e fiscais nos comuns teria mau resultado e aponta emprego público como prioridade no novo ano judicial.

ENTREVISTA JOANA PETIZ FOTOGRAFIA LEONARDO NEGRÃO/GI

À frente do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), Nuno Villa-Lobos tem sido o maior crítico da arbitragem *ad hoc*, que demasiadas vezes se confunde com a atividade do CAAD, mas cujos métodos e práticas, garante, são radicalmente distintos. E por isso defende que, mais do que separar as águas, se devia acabar com o regime *ad hoc*. Ao DN explica ainda por que a sugestão de acabar com os tribunais administrativos e fiscais resultaria em perda de especialização e potenciaria os enormes atrasos na justiça.

A lentidão da justiça administrativa tem sido apontada como o problema mais urgente e grave da justiça portuguesa. Uma das propostas de reforma apresentadas esta semana pela SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social para esta área defende a integração dos tribunais administrativos e fiscais nos tribunais comuns. Acha que só isso pode resolver o problema de vez?

Primeiro, um elogio à SEDES: pensar a justiça é fundamental. Costuma dizer-se que não se deve deixar a guerra apenas aos generais, isto é, apenas aos especialistas. E o contributo profissional da SEDES, controverso e muito discutível nalguns casos, contribui para um debate que julgo ser absolutamente crítico para o nosso país. Dito isto, o pior que podia acontecer era uma medida desta natureza cair de paraquedas numa eventual revisão da Constituição.

Então, os caminhos apontados não servem?

O trabalho da SEDES deve servir para aprofundarmos o debate, não para o esgotar imediatamente. Re-

pare, eu digo isto porque há de facto o risco de, já nesta sessão legislativa, avançar uma revolução dessa dimensão sem serem medidos todos os impactos e todas as consequências. Deixe-me acrescentar mais um ponto crucial: a tal fusão é um assunto com barbas, já foi analisada em diversas ocasiões, sendo que contraria a especialização necessária para uma justiça de qualidade. E daí nunca ter avançado. Queremos mesmo terraplenar e regredir?

Ouseja, essa eventual fusão não resolve o problema.

Não só não resolve como fatalmente mataria o paciente da cura. Imagine só os atrasos gigantescos que uma redistribuição massiva de processos implicaria... Basta pensar que a origem deste problema das pendências passou pela reorganização orgânica do contencioso administrativo em 2004 e que levou a uma transferência em massa de processos para os novos tribunais, que ficaram desde o início esmagados pelas pendências. Seria como voltar a fazer a mesma coisa e esperar resultados diferentes. O problema não está na orgânica, está na falta de recursos financeiros que existe nos tribunais administrativos e fiscais para resolver os problemas. **Mas continuar a fazer a mesma coisa e esperar resultados diferentes não é o que se anda a fazer há demasiados anos?**

Entendo a ironia, mas isso só seria verdade se esta jurisdição estivesse há décadas na agenda político-mediática. Não está. Além disso, as medidas tomadas pelo governo, como, por exemplo, o reforço em 27% do número de juízes, é demasiado recente – apenas de 2015 – para poder gerar efeitos estruturais positivos. Dito isto, devo até dizer que algu-



● **A integração dos tribunais fiscais e administrativos nos tribunais comuns “é um tema com barbas. Já foi analisada em diversas ocasiões, sendo que contraria a especialização necessária para uma justiça de qualidade. E daí nunca ter avançado”.**

mas decisões recentes do Ministério da Justiça têm conseguido resultados mensuráveis, com a redução da pendência na área fiscal em 25% e com taxas de resolução processual superiores a 100%. Aliás, em 2020 chegou aos 142%. Ou seja, há mais processos a serem finalizados do que a entrar.

Mas se há menos processos entrados e mais juízes, porque é que a morosidade destes tribunais aumentou de cinco anos (58 meses) em 2018 para sete anos (75 meses) em 2021?

A razão desse aumento é simples. Desde 2018 estão a funcionar equipas excecionais de recuperação de pendências de processos entrados até 2012, pelo que, à medida que estes processos são resolvidos, é inevitável que isso se reflita no tempo médio de decisão anual para efeitos estatísticos. É contraintuitivo, sim, mas este aumento revela, na verda-

de, uma diminuição que será plenamente visível a prazo.

Então a recuperação dos últimos anos deveu-se ao mero aumento do número de juízes?

Também, mas não só. Além do aumento da oferta, verifica-se uma redução acentuada ao nível da procura. A pressão de litigância em matéria de impugnações fiscais tem decrescido de forma clara muito à custa da arbitragem fiscal. Usando como critério os últimos seis anos, a arbitragem fiscal impactou em menos 25% de processos entrados nos tribunais fiscais de 1.ª instância, valor que nos dois últimos anos atingiu a média de 35%. Pelo que o CAAD tornou possível o *break even* e o momento de viragem de recuperação dos tribunais fiscais, permitindo a otimização de outras medidas, suavizando o efeito de que a resolução das pendências mais antigas se esteja a consolidar à cus-

“O problema não está na orgânica, está na falta de recursos financeiros que existe nos tribunais administrativos e fiscais para resolver os problemas.”

ta das pendências mais recentes. **Como vê as críticas recentes de que tem sido alvo a arbitragem?** Penso que existem diferentes motivações – algumas delas assumidamente corporativas – para algumas das críticas que nos são dirigidas. Mas a grande motivação tem na base um erro elementar. O CAAD é posto no mesmo saco da arbitragem *ad hoc*, que vive num planeta muito distante do nosso, um planeta, digamos, com menos luz solar. Chegados aqui, tenho o dever de ser totalmente claro: partilhámos parte do nome mas quase nenhuma das práticas da arbitragem *ad hoc*. **Quais são as maiores diferenças?** No CAAD, seja fiscal ou administrativo, tudo é público e transparente, estamos ligados ao Tribunal de Contas, à PGR e ao DCIAP. Veja bem que até o calendário das audiências é publicado no nosso *site* para quem quiser assistir, temos regras procedimentais estritas, incompatibilidades escrutinadas e escrutináveis. Atenção, não são sete diferenças, como naquele velho jogo, são dezenas de aspetos que nos singularizam pela positiva e que contrastam com todos aqueles processos milionários de contratação pública que fazem a fortuna e a reputação da arbitragem *ad hoc*. Penso que mais cedo do que mais tarde o legislador terá de acabar com aquele faroeste. Até lá, pagaremos o preço desta lamentável confusão.

E o que se pode fazer em relação a isso?

Vou ser imodesto: é seguir a receita da arbitragem fiscal. Ou seja, aprovar uma lei com 30 artigos só para a arbitragem administrativa e afastá-la do regime da arbitragem comum; acabar com a esquizofrenia atual de ser mais fácil resolver grandes litígios de parcerias público-privadas (PPP) do que um litígio de mil euros de emprego público.

Para terminar, qual a prioridade do CAAD para a abertura do ano judicial?

É o emprego público. E trata-se de sensibilizar a ministra da Justiça para desbloquear a limitação até hoje existente de algumas carreiras, por exemplo da investigação criminal da Polícia Judiciária, poderem aqui resolver os seus litígios em três meses e cinco vezes abaixo do valor (custo) dos tribunais do Estado.

joana.petz@dn.pt

Mesquita Nunes “volta” ao CDS e acusa Temido de “cavar ainda mais sepultura do SNS”

ATAQUE Acusando a ministra demissionária de “obsessão ideológica”, o ex-militante do CDS disse que “ninguém fez tanto pela degradação” da Saúde.

De volta a uma iniciativa do CDS-PP, quase um ano depois de se ter demitido do partido em rutura com o então líder, Francisco Rodrigues dos Santos, Adolfo Mesquita Nunes considerou ontem, em Espinho, com a sua “obsessão ideológica”, a ministra cessante Marta Temido conseguiu “cavar ainda mais” a sepultura do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Falando na “Escola de Quadros” do partido – iniciativa equivalente à “Universidade de Verão” do PSD ou à “Academia Socialista” do PS –, Mesquita Nunes considerou que “os piobres obreiros do SNS são aqueles que não querem reformá-lo”. “Ninguém fez tanto em Portugal [pela degradação da Saúde] como esta ministra, que, com a sua obsessão ideológica, tudo o que fez foi cavar ainda mais o SNS”, declarou.

À semelhança do deputado socialista Sérgio Sousa Pinto, que, enquanto convidado para o mesmo painel, defendera pouco antes que o SNS precisa de uma reforma que não se tem concretizado devido às “teias de aranha que estorvam o sócio mental” dos seus gestores, também Adolfo Mesquita Nunes apoiou a necessidade de novos formatos de gestão nesse setor do Estado.

Um e outro admitem que a solução não passará necessariamente por um modelo misto ao estilo das parcerias público-privadas, mas implicará, por certo, uma aprendizagem mú-

tua. “A questão não é se a gestão é pública ou privada – o que há a fazer é mitigar as condicionantes do setor público aproveitando, quando compatível, o melhor da gestão privada”, explicou o antigo militante e dirigente centrista (e até antigo secretário de Estado, no caso do Turismo, durante o governo de Pedro Passos Coelho).

Para o ex-governante, aquilo a que se assistiu no país foi “uma regressão, no sentido de se dizer, maniqueísticamente, que os privados não podem ter um papel relevante na Saúde, que só podem tê-lo quando o Estado não chegar lá – e o problema é que o Estado não chega lá”. “Há muita gente da classe média-alta que vai para o Twitter dizer que está muito satisfeita com o SNS. Pois está, porque conhece não sei quantos médicos. Quem tem contactos, pode ter boas experiências. Mas quem, como na Covilhã, está dois anos à espera de uma consulta de oftalmologia não vai dizer que lhe correu bem.”

Apelando a que a Esquerda deixe de se limitar à “discussão da dicotomia público-privado” e a que a Direita deixe de “comprar essa conversa em vez de debater soluções concretas”, Adolfo Mesquita Nunes concluiu: “O que a maior parte das pessoas quer saber é como chegam ao hospital e ver a sua vida resolvida”.

Segunda-feira, o presidente do CDS, Nuno Melo, fará o seu discurso de rentrée, numa festa do partido na Madeira. **LUSA**



Adolfo Mesquita Nunes, ex-dirigente e militante do CDS-PP



Opinião
Luís Gomes

O país não precisa de mais tempo, mas de reformas

Asituação dramática que o país vive ao nível dos fogos florestais tem evidenciado a ausência de medidas que apostem seriamente na prevenção. A calamidade que estamos a viver poderia evitar-se com a implementação de instrumentos que garantam o correto ordenamento do território e, em particular, o ordenamento das áreas rurais e florestais.

O governo tem descurado, irresponsavelmente, esta matéria e a prova disso é que está obrigado, desde 2015, a submeter, de dois em dois anos, à apreciação da Assembleia da República o relatório sobre o estado do ordenamento do território. Mas até ao momento nunca o fez. Esta circunstância, para além de violar o n.º 1 do artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL n.º 80/2015, de 14 de maio), constitui objetivamente uma evidência de que as questões de ordenamento do território não fazem parte das principais preocupações deste Executivo. Impedir que a Assembleia da República discuta os problemas e apresente soluções para o país no que respeita a esta matéria não só significa a ausência de uma visão estruturada e devidamente planeada para o território, como também se abdicar da discussão sobre a forma como os diversos planos estão, ou não, alinhados com a política económica.

A primeira consequência da falta de ordenamento está à vista de todos nós: o flagelo dos fogos florestais que este ano nos assolaram em força é o resultado da ausência de políticas de ordenamento do espaço rural e, mais concretamente, das áreas florestais. A segunda consequência é a existência de um crónico, que não me canso de assinalar, entre a política económica e o ordenamento do território. Como resultado temos um ce-

mitério de estratégias e de políticas cuja concretização nunca foi possível assegurar. Não é por acaso que recentemente o primeiro-ministro anunciou que iria pedir a Bruxelas a prorrogação do prazo para concretizar o PRR. Esta circunstância constitui a prova cabal de que o país não está preparado para implementar com eficácia os seus programas de desenvolvimento económico, que falta uma reforma na arquitetura legislativa do território que garanta uma resposta eficaz e, fundamentalmente, carecemos de um governo que disponha de uma leitura sistemática da organização do nosso país.

Portanto, a questão que aqui se traz não se reduz ao facto de não se ter entregado um relatório na Assembleia da República, apesar do mau exemplo que isso constitui para o país. Também não se trata de se ter violado, mais uma vez, um preceito legal. A questão assenta fundamentalmente na falta de visão a médio e longo prazo. Na ausência de reformas que tenham em vista a modernização do país, que se invista no aumento da capacidade de resposta da máquina do Estado aos desafios da economia. Isto é o que, fundamentalmente, nos distingue dos demais países da União Europeia e que Portugal tem de melhorar.

António Costa, ao pedir a Bruxelas que prolongue o calendário para a aplicação do PRR, consciente ou inconscientemente, identificou a doença do país. A questão é saber se vai tratar o país desta doença crónica que se caracteriza por uma máquina do Estado excessivamente pesada e que tem impedido todos aqueles que querem investir em Portugal de concretizarem as suas ambições.

Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.